



**POLÍTICA DE PRIVACIDADE E
PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS
DA PREFEITURA MUNICIPAL DE
SANTA ROSA DE LIMA/SC**

Versão: 01.2023
Atualizada em 29/04/2024

SUMÁRIO

1. DO OBJETIVO3

2. DOS DESTINATÁRIOS3

3. DAS BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A LGPD3

4. DOS CONCEITOS DA LGPD4

- 4.1. Dos conceitos GERAIS sobre a LGPD4
- 4.2. Dos PRINCÍPIOS da LGPD5
- 4.3. Dos DIREITOS DO TITULAR DE DADOS na LGPD6
- 4.4. Das BASES LEGAIS previstas na LGPD7
- 4.5. Das BASES LEGAIS para o tratamento de DADOS SENSÍVEIS8

5. DA COLETA DE DADOS, DO COMPARTILHAMENTO E DO ARMAZENAMENTO9

6. DOS DEVERES PARA O USO ADEQUADO DE DADOS PESSOAIS10

7. RELAÇÃO COM OS TERCEIROS10

8. TRANSFERÊNCIA INTERNACIONAL DE DADOS PESSOAIS11

9. SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO11

10. DADOS COLETADOS NA PLATAFORMA DIGITAL (SITE)12

- 10.1. Tipos de dados coletados12
- 10.2. Por que, como é feita e qual a finalidade da coleta de dados12
- 10.3. Cookies/Tecnologias12
- 10.4. Consentimento e termo13
 - 10.4.1. Termo de Consentimento..... .14
- 10.6. Segurança de informações pessoais, tempo de armazenamento e responsabilidades do controlador14
- 10.7. Direitos do Titular15
- 10.8. Isenção de responsabilidade15

11. TREINAMENTO16

12. MONITORAMENTO E REVISÕES.....17

13. FALE COM NOSSO DPO17

1. DO OBJETIVO

A presente Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais, doravante denominada simplesmente de “Política”, foi desenvolvida a partir da vigência da Lei Geral de Proteção de Dados (**LGPD**) e tem como objetivo estabelecer as diretrizes para o resguardo e uso de dados pessoais que venham a ser tratados e sobre como gerenciar as diversas atividades e operações que envolvam **tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis**, de forma a assegurar o compromisso desta Prefeitura Municipal em tratar seus dados com segurança, privacidade e transparência, de acordo com as legislações de proteção de dados pessoais em vigor, inclusive internacionais.

Desta feita, a presente Política descreverá as regras que deverão ser seguidas na condução das atividades que envolvam a operação de tratamento de dados pessoais, tanto pela Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Lima e seus representantes, como também pelos destinatários desta Política, de forma a garantir a conformidade com a LGPD e demais legislações aplicáveis.

Cumprir destacar ainda que a presente Política deve ser lida e a depender do caso, deve ser interpretada em conjunto com as demais normas internas, Políticas de Governança, termos de uso e de confidencialidade, dentre outros documentos comparáveis que disponham sobre a proteção de dados pessoais e obrigações de confidencialidade em relação às informações mantidas por esta Prefeitura, que versam sobre informações em geral e a complementam.

Vale ressaltar também, que a presente política também abrange definições e diretrizes sobre Cookies, conforme observado a seguir.

2. DOS DESTINATÁRIOS

A relação entre pessoas jurídicas e os **dados pessoais** se estreitou na medida em que as novas tecnologias e dispositivos conectados à Internet foram inseridos no cotidiano de consumidores e de organizações.

Por esta razão, esta Política se aplicará:

- (i) aos servidores/empregados desta instituição;
- (ii) a todos os terceiros, sejam eles pessoas físicas ou jurídicas que atuam para ou em nome da presente instituição em operações que envolvam tratamento de dados pessoais;
- (iii) aos agentes de tratamento de dados pessoais externos que de qualquer forma se relacionem com a Instituição; e
- (iv) aos titulares de dados pessoais, cujos dados são tratados por esta entidade.

Cumprir destacar, ainda, que a presente Política é obrigatória a todos os destinatários acima indicados na medida em que se relacionam com a presente instituição, sendo que todas as operações que envolvam o tratamento de dados pessoais que sejam por ela realizadas estão sujeitas a tais normativas.

Além disso, ao aceitar os termos desta Política de Privacidade, você concorda expressamente em fornecer apenas dados pessoais verdadeiros, atuais e precisos e em não alterar a sua identidade ou seus dados pessoais de qualquer forma no acesso e na utilização dos nossos produtos ou serviços. Logo, você será o único responsável pelas informações falsas, desatualizadas ou imprecisas que fornecer diretamente a esta Prefeitura.

Assim, a leitura desta Política é essencial visto que os destinatários aceitarão as práticas e diretrizes descritas e concordarão com a coleta, uso, armazenamento, dentre outros tratamentos dos seus dados pessoais, conforme disposto no presente documento.

3. DAS BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A LGPD

A **LGPD** é uma lei transversal e impacta todos os agentes econômicos no Brasil. Isso porque, toda empresa/instituição brasileira, pública ou privada, que armazenar informações relacionadas a pessoas físicas (*sejam clientes, colaboradores ou parceiros*) terá que atuar em conformidade com as exigências da LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados – 13.709/2018). As quais abrangem uma série de particularidades nos tratamentos de dados pessoais, que precisam atender às obrigações legais específicas, especialmente porque possuem sinergia entre setores, sob pena de aplicação de medidas punitivas pela ANPD (Agência Nacional de Proteção de Dados) ou, ainda, na esfera judicial.

4. DOS CONCEITOS DA LGPD

A presente seção trata de conceitos-chave que serão mencionados ao longo desta Política. Logo, para a sua melhor compreensão, os conceitos foram agrupados de acordo com: (4.1) conceitos gerais sobre a **LGPD**; (4.2) conceitos específicos sobre princípios previstos na **LGPD**; (4.3) conceitos específicos sobre direitos dos titulares consoante a **LGPD**; todos dispostos em ordem alfabética.

4.1. Dos conceitos GERAIS sobre a LGPD

AGENTE DE TRATAMENTO: são considerados agentes de tratamento o **controlador** e o **operador** de dados pessoais e dados pessoais sensíveis (art. 5º, IX, **LGPD**).

AGÊNCIA/AUTORIDADE NACIONAL DE PROTEÇÃO DE DADOS – ANPD: órgão da administração pública responsável por zelar, implementar e fiscalizar o cumprimento da LGPD em todo território nacional.

ANONIMIZAÇÃO: utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis no momento do tratamento, por meio dos quais um dado perde a possibilidade de associação, direta ou indireta, a um indivíduo (art. 5º, XI, **LGPD**). O dado anonimizado, nos termos da lei, deixa de ser considerado **dado pessoal**, garantindo maior liberdade no seu tratamento (art. 12, **LGPD**).

BASE LEGAL: é o fundamento que autoriza o tratamento de dados pessoais por um agente, devendo ser definida, em casos concretos, a partir de uma das hipóteses dispostas na **LGPD** ao seu artigo 7º (caso de dados pessoais) ou ao seu artigo 11 (caso de dados pessoais sensíveis). As bases legais só não serão necessárias nos casos em que a **LGPD** não se aplica, como nas hipóteses do artigo 4º ou em situações de processamento que envolvam dados anonimizados, onde a identificação da titularidade não seja possível por meios razoáveis.

CONSENTIMENTO: manifestação livre, informada e inequívoca (art. 7º, I, **LGPD**) pela qual o titular concorda com o tratamento de seus dados pessoais para uma **finalidade** determinada (art. 5º, XII, **LGPD**). Deverá ser fornecido por escrito ou por outro meio que demonstre a manifestação de vontade do titular (art. 8º, **LGPD**).

CONTROLADOR DE DADOS PESSOAIS: será o ente despersonalizado da Prefeitura, por meio de seu CNPJ, representado pelo seu responsável legal, a quem compete as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais, podendo ser celebrados contratos e convênios para atingir o cumprimento de suas obrigações.

COOKIE DE NAVEGADOR: na terminologia da informática, pequenos arquivos de texto depositados por um site servidor no computador do cliente usuário para “memorizar” algumas informações relativas àquela navegação.

CRIPTOGRAFIA: Utilização de meio técnico de segurança, baseado na criptografia, que envolve a conversão de texto simples legível por humanos em texto incompreensível, o que é conhecido como texto cifrado. Essencialmente, isso significa pegar dados legíveis e transformá-los de forma que pareçam aleatórios. A criptografia envolve o uso de uma chave criptográfica, um conjunto de valores

matemáticos com os quais tanto o remetente quanto o destinatário concordam.

DADO BIOMÉTRICO: qualquer dado atinente a características fisiológicas (como a face, a íris, o DNA, a voz, ou uma impressão digital) ou comportamentais (como o jeito de andar, de dançar ou de gesticular) de uma pessoa natural.

DADO PESSOAL: informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável (art. 5º, I, **LGPD**). Também são considerados dados pessoais para os fins da lei aqueles utilizados para formação do perfil comportamental de determinada pessoa natural, se identificada (art. 12, §2º, **LGPD**).

DADO PESSOAL SENSÍVEL: dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural (art. 5º, II, **LGPD**).

ENCARREGADO DE DADOS (DPO – DATA PROTECTION OFFICER): o Encarregado é nos termos previstos no art. 5º, VIII da **LGPD**, a pessoa indicada pelo controlador e operador para atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares de dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

INTERESSE LEGÍTIMO DO CONTROLADOR OU TERCEIRO: poderá ser utilizado como fundamento do tratamento de dados pessoais apenas para **finalidades** legítimas, analisadas conforme o caso concreto (art. 7º, IX, **LGPD**). Tais **finalidades** podem ser, por exemplo, o apoio e promoção de atividades do **controlador**, proteção ao titular do exercício regular de seus direitos ou prestação de serviços que o beneficiem, respeitadas suas legítimas expectativas e os direitos e liberdades fundamentais (art. 10, **LGPD**). O interesse legítimo não se aplica a **dados pessoais sensíveis**.

LGPD (LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS): Lei 13.709/2018 dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado (art. 1º, **LGPD**). A **LGPD** é aplicável a qualquer operação de tratamento realizada por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, independentemente do meio, do país de sua sede ou do país onde estejam localizados os dados, desde que: (i) a operação de tratamento seja realizada no território nacional; (ii) a atividade de tratamento tenha por objetivo a oferta ou o fornecimento de bens ou serviços ou o tratamento de dados de indivíduos localizados no território nacional; ou (iii) os dados pessoais objeto do tratamento tenham sido coletados no território nacional (art. 3º, caput e incisos I a III, **LGPD**).

OPERADOR: a pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, externa ao quadro funcional da Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Lima, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome e por ordem do **Controlador** (art. 5º, VII, **LGPD**).

TITULAR: pessoa natural a quem se referem os dados pessoais que são objeto de tratamento (art. 5º, V, **LGPD**).

TRATAMENTO: toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração (art. 5º, X, **LGPD**).

4.2. Dos PRINCÍPIOS da LGPD

Na terminologia jurídica, um princípio é um tipo de norma que deve ser cumprida na maior medida possível e cujo conteúdo serve como diretriz geral de interpretação para situações concretas. Na **LGPD**, os princípios estão listados ao longo do artigo 6º, são eles:

ADEQUAÇÃO: compatibilidade do tratamento com as **finalidades** informadas ao titular, de acordo com o contexto do tratamento (art. 6º, II, **LGPD**).

BOA-FÉ: significa a observância de um comportamento leal, correto e probo na realização das atividades de tratamento de dados pessoais. Esse princípio, opera como norte a todos os demais e servindo de baliza para interpretar conceitos abertos (art. 6º, caput, **LGPD**).

FINALIDADE: realização do tratamento para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular, sem possibilidade de tratamento posterior de forma incompatível ou desvirtuada (art. 6º, I, **LGPD**).

LIVRE ACESSO: garantia, aos titulares, de consulta facilitada e gratuita sobre a forma e a duração do tratamento, bem como sobre a integralidade de seus dados pessoais (art. 6º, IV, **LGPD**).

NÃO DISCRIMINAÇÃO: impossibilidade de realização do tratamento para fins discriminatórios ilícitos ou abusivos (art. 6º, IX, **LGPD**).

NECESSIDADE: limitação ou minimização do tratamento ao mínimo necessário para a realização de suas **finalidades**, com abrangência dos dados pertinentes, proporcionais e não excessivos em relação às **finalidades** do tratamento de dados (art. 6º, III, **LGPD**).

PREVENÇÃO: adoção de medidas para prevenir a ocorrência de danos em virtude do tratamento de dados pessoais (art. 6º, VIII, **LGPD**).

QUALIDADE DOS DADOS: garantia, aos titulares, de exatidão, clareza, relevância e atualização dos dados, de acordo com a necessidade e para o cumprimento da finalidade de seu tratamento (art. 6º, V, **LGPD**).

RESPONSABILIZAÇÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS: demonstração, pelo agente, da adoção de medidas eficazes e capazes de comprovar a observância e o cumprimento das normas de proteção de dados pessoais e, inclusive, da eficácia dessas medidas (art. 6º, X, **LGPD**).

SEGURANÇA: utilização de medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão (art. 6º, VII, **LGPD**).

TRANSPARÊNCIA: garantia, aos titulares, de informações claras, precisas e facilmente acessíveis sobre a realização do tratamento e os respectivos agentes de tratamento, observados os segredos comercial e industrial (art. 6º, VI, **LGPD**).

4.3. Dos DIREITOS DO TITULAR DE DADOS na LGPD

Os direitos dos Titulares de Dados estão previstos na LGPD. A Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Lima - SC, no contexto das suas atividades de tratamento de dados pessoais, reitera o seu compromisso com a transparência e a informação adequada, bem como reforça o respeito aos direitos dos titulares de dados pessoais, quais sejam:

ACESSO AOS DADOS: o titular de dados tem resguardado o seu interesse de receber uma cópia dos dados pessoais detidos pela Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Lima - SC, se assim o requisitar (art. 18, II, **LGPD**). Conforme a **LGPD**, tal direito será objeto de regulamentação por parte da autoridade nacional e das autoridades da área de saúde e sanitárias, no âmbito de suas competências (art. 13, § 3º, **LGPD**).

ANONIMIZAÇÃO, BLOQUEIO OU ELIMINAÇÃO: o titular de dados tem o direito de solicitar que seus dados sejam anonimizados, bloqueados ou que haja a eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com o disposto na Lei (art. 18, IV, **LGPD**).

CONFIRMAÇÃO DA EXISTÊNCIA DE TRATAMENTO: direito do titular a obter do controlador, em relação aos dados do titular por ele tratados, a qualquer momento e mediante requisição de informações sobre a existência de tratamento (art. 18, I, LGPD), isto é, de toda operação realizada com seus dados pessoais (art. 5º, X, LGPD).

CORREÇÃO DE DADOS INCOMPLETOS, INEXATOS OU DESATUALIZADOS: o titular de dados pode requerer a retificação dos dados, caso estejam incorretos, insuficientes, imprecisos, não expresse a completude das informações armazenadas ou careçam de atualização (art. 18, III, LGPD).

ELIMINAÇÃO DOS DADOS PESSOAIS: o titular de dados pode requerer que seus dados sejam excluídos, de forma que a Prefeitura deverá eliminar todos os dados coletados com relação a esse titular, a não ser que exista outra base legal para a manutenção desses dados (art. 18, VI, LGPD).

INFORMAÇÃO SOBRE COMPARTILHAMENTO: o titular de dados pode solicitar informações das entidades públicas e privadas com as quais o controlador realizou uso compartilhado de dados (art. 18, VII, LGPD).

INFORMAÇÃO SOBRE O NÃO CONSENTIMENTO: o titular de dados pode solicitar informações sobre a possibilidade e hipóteses de não fornecimento do consentimento, além de entender sobre as consequências da negativa (art. 18, VIII, LGPD).

INFORMAÇÃO SOBRE TRATAMENTO AUTOMATIZADO: o titular de dados pode pedir informações a respeito dos critérios e dos procedimentos utilizados para a decisão automatizada. Tais informações, a serem oferecidas pelo controlador, deverão apresentar clareza e adequação com o que foi solicitado (art. 20, §1º, LGPD).

OPOSIÇÃO: o titular de dados pode se opor ao contexto do tratamento de dados e/ou às finalidades do tratamento, incluindo tratamento realizado com fundamento em uma das hipóteses de dispensa do consentimento (art. 18, §2º, LGPD).

PETIÇÃO: o titular de dados pode fazer qualquer requerimento com relação aos seus dados contra o controlador perante a autoridade nacional (art. 18, §1º, LGPD).

PORTABILIDADE: disponibilização dos dados do titular a outro fornecedor de serviço ou produto, mediante requisição expressa e observados os segredos comercial e industrial, de acordo com a regulamentação do órgão controlador (art. 18, V, LGPD).

REVISÃO: o titular de dados pode pedir revisão das decisões tomadas unicamente com base em tratamento automatizado de dados pessoais que afetem seus interesses, incluídas as decisões destinadas a definir o seu perfil pessoal, profissional, de consumo e de crédito ou os aspectos de sua personalidade (art. 20, caput, LGPD).

REVOGAÇÃO DO CONSENTIMENTO: manifestação expressa do titular, por procedimento gratuito e facilitado (art. 18, IX, LGPD), ratificados os tratamentos realizados sob amparo do consentimento anteriormente manifestado enquanto não houver requerimento de eliminação (art. 8º, §5º, LGPD).

TITULARIDADE DOS DADOS PESSOAIS: a toda pessoa natural é assegurada a titularidade de seus dados pessoais e garantidos os direitos fundamentais de liberdade, de intimidade e de privacidade (art. 17, LGPD), de modo que o titular é, portanto, a pessoa natural a quem se referem os dados pessoais que são objeto de tratamento (art. 5º, V, LGPD).

4.4. Das BASES LEGAIS previstas na LGPD

São através das **bases legais** constantes na **LGPD** que se justifica o tratamento de **dados pessoais**. Por

isso, todas as operações de tratamento de dados pessoais no âmbito das atividades desta Prefeitura terão uma base legal que legitime a sua utilização, com estipulação da finalidade e designação dos responsáveis pelo tratamento.

Assim, quanto as bases legais, cumpre dar destaque ao **consentimento** que exige a obtenção de uma autorização específica do **titular dos dados pessoais** ou de seu **responsável legal** para o **tratamento** dos dados a ele relativos. A base tratada pelo termo **obrigação legal**, por sua vez, é utilizada para casos que haja determinação legal de lei federal, estadual ou municipal ou demais normas. E, no mesmo sentido, tem-se a **administração pública**, por ter previsão legal, dispensa consentimento específico. Nesse sentido, a **execução de contrato** também não exige a necessidade de consentimento. Enquanto para a realização de **Estudos por órgão de pesquisa**, somente será permitido o tratamento de dados pessoais, quando não for possível identificar o titular dos dados. Já em **processos judiciais, administrativos ou arbitrais**, ambas as partes podem produzir provas, inclusive uma contra a outra, a partir do material coletado para tratamento de dados, sem violar as normas constitucionais da ampla defesa e do contraditório. E quando da utilização dos dados do titular ou de terceiros ocorrer em prol da **proteção da vida ou da incolumidade física**, não há a necessidade de consentimento do titular. Isso porque, há interesse público neste ponto. O que também ocorre quando se tratar de casos referentes a **tutela da saúde, exclusivamente, em procedimento realizado por profissionais de saúde**, ou seja, não há necessidade de consentimento do titular no tratamento de dados quando esta for a finalidade. Por fim, quanto ao tema **proteção do crédito**, a LGPD autoriza a realização do tratamento de dados pessoais em situações de cobrança ou dívidas contraídas. A ideia desta base, é justamente não deixar brecha para que pessoas inadimplentes se utilizem da LGPD de má-fé, ou seja, para que deixem de cumprir com suas obrigações.

Assim, pela Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Lima - SC, as operações de tratamento de dados pessoais poderão ser realizadas:

- (i) Mediante o fornecimento de consentimento pelo titular de dados pessoais;
- (ii) Para o cumprimento de obrigação legal ou regulatória;
- (iii) Quando necessário para a execução de contrato ou de procedimentos preliminares relacionados a contrato do qual seja parte o titular de dados pessoais;
- (iv) Para o exercício regular de direitos em processo judicial, administrativo ou arbitral;
- (v) Para a proteção da vida ou da incolumidade física do titular de dados pessoais ou de terceiro;
- (vi) Quando necessário para atender aos interesses legítimos da Prefeitura ou de terceiros;
- (vii) Para a proteção do crédito;
- (viii) Para a realização de estudos por órgão de pesquisa;
- (ix) Para a tutela da saúde, exclusivamente, em procedimento realizado por profissionais de saúde, serviços de saúde ou autoridade sanitária;

Por oportuno, cabe mencionar que esta Prefeitura realiza revisões periódicas acerca das finalidades de suas operações de tratamento, através de categorias de tratamento, cada uma delas descritas a partir de sua finalidade, servindo de auxílio e suporte para as avaliações periódicas sobre conformidade com o quadro regulatório da proteção de dados pessoais.

Também, destaca-se que os registros das operações de tratamento de dados pessoais poderão ser consultados, através de solicitação formal à Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Lima - SC, seja pelo titular dos dados pessoais, ou por autoridades públicas competentes para o acesso e retenção dos dados em seu nome, resguardados os direitos do titular de dados pessoais.

4.5. Das BASES LEGAIS para o tratamento de DADOS SENSÍVEIS

A Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Lima reconhece que o tratamento de dados pessoais sensíveis – como o próprio nome sugere – apresentam maior risco ao titular de dados pessoais. E, por este motivo, a Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Lima assume o compromisso de resguardo e cuidados maiores nos casos previstos no artigo 5º, inciso II, da LGPD, no que tange os dados pessoais de crianças

e adolescentes (os quais estarão sujeitos às disposições da LGPD, dentre outras normas específicas aplicáveis), bem como nos casos em que haja o tratamento de dados financeiros, os quais terão o mesmo status que os dados pessoais sensíveis.

Assim, a realização de operações de tratamento de dados pessoais sensíveis por esta Prefeitura somente poderá se dar:

- i. **COM CONSENTIMENTO:** Quando o titular de dados pessoais ou seu responsável legal consentir, de forma específica e destacada, para finalidades específicas;
- ii. **SEM CONSENTIMENTO,** nos casos em que o tratamento for indispensável para:
 - a. Cumprimento de obrigação legal ou regulatória;
 - b. O exercício regular de direitos, inclusive em contrato e em processo judicial, administrativo e arbitral;
 - c. Garantia da prevenção à fraude e à segurança do titular de dados pessoais;
 - d. Proteção da vida ou da incolumidade física do titular de dados pessoais ou de terceiros;
 - e. Tutela da saúde, exclusivamente, em procedimento realizado por profissionais de saúde, serviços de saúde ou autoridade sanitária; ou
 - f. A realização de estudos quando a Prefeitura estiver na posição de Órgão de Pesquisa, garantida, sempre que possível, a anonimização dos dados pessoais sensíveis.

5. DA COLETA DE DADOS, DO COMPARTILHAMENTO E DO ARMAZENAMENTO

Os tipos e quantidades de informações coletadas e utilizadas por esta Prefeitura podem variar. Entretanto, é importante esclarecer que os dados coletados são utilizados apenas para as finalidades descritas nesta Política.

Eventualmente, poder-se-á utilizar os dados para finalidades não previstas nesta política de privacidade, contudo estarão dentro das legítimas expectativas, o que será feito mediante a sua autorização e ciência prévia.

O compartilhamento de dados pessoais ocorre com as empresas que a Prefeitura possui contratos vigentes, sendo os mesmos através de licitação ou contratação direta, mas todos com o teor público disponível para pesquisa no site, tendo contrato com várias empresas para as mais diversas finalidades. Ainda, há o compartilhamento de dados com órgãos dos Poderes Judiciário e Executivo, bem como com o INSS, IPREV, IBGE.

Ainda, caso os dados fornecidos sejam de titularidade de crianças ou adolescentes, tendo em vista sua vulnerabilidade, bem como em atenção a Lei Geral de Proteção de Dados, declara o fornecedor de tais dados ser mãe/pai ou responsável legal pelo menor, visando, sempre, o seu melhor interesse.

Destacamos que nossa Prefeitura entende a importância de proteger a privacidade das crianças, especialmente em um ambiente on-line. Sob circunstância alguma permitimos a utilização dos nossos serviços por menores sem o consentimento prévio ou autorização por um dos pais ou responsável legal. Caso um dos pais ou responsáveis tome conhecimento de que seu filho nos forneceu seus dados sem o consentimento deste, deverá entrar em contato conosco pelo e-mail: lgpd@santarosadelima.sc.gov.br

No mais, esta Prefeitura armazenará os dados pessoais coletados pelo tempo necessário para cumprimento das finalidades para as quais eles são coletados, incluindo obrigações legais, contratuais, de prestação de contas ou requisição de autoridades competentes.

No caso de solicitação de exclusão de informações, a Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Lima se reserva o direito de preservar e divulgar todo e qualquer dado que julgue, a seu exclusivo critério, ser necessário para o cumprimento de obrigações legais ou regulatórias ou derivadas de ordem judicial; ou proteger os direitos, propriedade ou segurança da Prefeitura e de seus prepostos, terceiros e/ou usuários.

6. DOS DEVERES PARA O USO ADEQUADO DE DADOS PESSOAIS

Os deveres de cuidado, segurança, atenção, zelo e uso adequado de dados pessoais se estendem a todos os destinatários desta Política no desenvolvimento de seus trabalhos e atividades na Prefeitura, comprometendo-se a auxiliar a Instituição a cumprir suas obrigações de privacidade e proteção de dados pessoais.

❖ DEVERES ESPECÍFICOS DOS TITULARES DE DADOS PESSOAIS:

Incumbe aos titulares de dados pessoais comunicar à Prefeitura sobre quaisquer modificações em seus dados pessoais, notificando-o preferencialmente na seguinte ordem:

1. Por e-mail da Instituição;
2. Por e-mail do DPO, e
3. Por meio físico.

❖ DEVERES ESPECÍFICOS DOS EMPREGADOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DE LIMA:

O compartilhamento de dados pessoais de titulares de dados entre os setores da Prefeitura é permitido, desde que respeitada a sua finalidade e base legal, observado o princípio da necessidade, ficando o tratamento de dados pessoais sempre adstrito ao desenvolvimento de atividades autorizadas pela Instituição.

❖ DEVERES DOS SERVIDORES, AGENTES DE TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS E TERCEIROS:

1. Não disponibilizar nem garantir acesso aos dados pessoais mantidos pela Prefeitura para quaisquer pessoas não autorizadas, de acordo com as normas da Instituição.
2. Obter a autorização necessária para o tratamento de dados e ter os documentos necessários que demonstrem a designação de sua competência para a realização da operação de tratamento de dados lícita.
3. Cumprir as normas, recomendações, orientações de segurança da informação e prevenção de incidentes de segurança da informação publicadas pela Instituição (e.g. Política de Governança, Plano de Resposta a Incidentes, orientações de gestão de senhas, dentre outras).

❖ DEVERES DE TODOS OS DESTINATÁRIOS DESTA POLÍTICA:

Todos os destinatários desta Política têm o dever de contatar o Encarregado de Dados da Prefeitura, quando da suspeita ou da ocorrência efetiva das seguintes ações:

1. Operação de tratamento de dados pessoais realizada sem base legal que a justifique;
2. Tratamento de dados pessoais sem a autorização por parte da Prefeitura, no escopo das atividades que desenvolve;
3. Operação de tratamento de dados pessoais que seja realizada em desconformidade com a Política de Governança da Prefeitura;
4. Eliminação ou destruição não autorizada pela Prefeitura de dados pessoais de plataformas digitais ou acervos físicos em todas as instalações da Instituição ou por ela utilizadas;
5. Qualquer outra violação desta Política ou de qualquer um dos princípios de proteção de dados dispostos acima.

7. RELAÇÃO COM OS TERCEIROS

A LGPD estabelece que a responsabilidade no caso de danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos derivados de violações à legislação de proteção de dados pessoais é solidária, ou seja, todos os agentes da cadeia envolvendo o tratamento de dados pessoais podem ser responsabilizados pelos eventuais danos causados.

Por isso, diante da possibilidade desta Prefeitura ser responsabilizada pelas ações de terceiros, faz-se

necessário empregar os maiores esforços para verificar, avaliar e garantir que todos terceiros cumpram com as legislações de proteção de dados aplicáveis. O que implica ter como regra a obrigatoriedade de cláusulas referentes à proteção de dados pessoais em todos os contratos com terceiros, estabelecendo deveres e obrigações envolvendo a temática, e atestando o compromisso dos mesmos com as legislações de proteção de dados pessoais aplicáveis.

Importante salientar que todos os contratos com terceiros são periodicamente revisados e submetidos à aprovação do DPO e sua equipe técnica, a fim de verificar se estão adequados a legislação pertinente, no que se refere ao tratamento e proteção de dados pessoais.

Além disso, todos os terceiros declaram-se, desde já, cientes dos termos desta Política de Privacidade e Proteção de Dados, bem como do Plano de Resposta a Incidentes de Segurança, submetendo as atividades contratadas também a essas normativas.

8. TRANSFERÊNCIA INTERNACIONAL DE DADOS PESSOAIS

Independentemente do consentimento do **títular de dados**, esta Prefeitura poderá realizar a transferência de **dados pessoais** para outros países, desde que o país esteja autorizado e/ou devidamente classificado como seguro pela **ANPD**.

Já nos demais casos, esta Prefeitura poderá transferir **dados pessoais** para outros países desde que obtenha consentimento explícito dos **titulares de dados pessoais** para realização de operações de transferência internacional de **dados pessoais**, com informação prévia sobre o caráter internacional da operação.

9. SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

As diretrizes de segurança da informação e prevenção contra incidentes de dados pessoais estão contidas nas normativas internas e demais documentos relativos ao tema.

Esta Prefeitura possui um forte compromisso em empregar medidas técnicas e organizacionais adequadas no tratamento e proteção de **dados pessoais** contra acessos não autorizados, perda, destruição, compartilhamento não autorizado, dentre outros. Assim, esta Prefeitura se valerá de medidas técnicas e organizacionais, dentro de seus melhores esforços, utilizando padrões e melhores práticas adotadas no mercado, para assegurar a segurança dos **dados pessoais** tratados.

Os dados pessoais coletados serão armazenados na base de dados da Prefeitura, de acordo com a legislação de dados vigente, prevenindo a ocorrência de eventuais danos em virtude do tratamento desses dados, e serão mantidos pelo tempo necessário para que as finalidades sejam alcançadas. Isso significa que também ficarão armazenados para fins de cumprimento de obrigações legais, contratuais ou requisição de autoridades competentes.

Destaca-se que a segurança e confiabilidade dos dispositivos que você utiliza para acessar os nossos serviços (computadores, celulares, tablets ou outros dispositivos) é de sua total responsabilidade. Por isso, busque sempre meios de proteger os sistemas operacionais desses dispositivos contra qualquer ameaça externa.

Ainda, salientamos que para a garantia da segurança das informações repassadas via anexo de e-mails ou *Whatsapp* a Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Lima, sejam protegidas por senha, de modo que a mesma seja informada via telefone.

Por fim, deixamos a recomendação para que você nunca compartilhe seus dados através de meios não confiáveis. Desconfie de certos aplicativos e websites, nunca compartilhe suas senhas, bem como fique

atento às suas postagens em redes sociais ou em qualquer outro ambiente público.

10. DADOS COLETADOS NA PLATAFORMA DIGITAL (SITE)

10.1. Tipos de dados coletados

Em nossa plataforma digital, a quantidade e o tipo de dados coletados que tratamos podem variar de acordo com a interação do usuário conosco. Sendo assim, alguns dados são coletados com o consentimento do usuário, principalmente em se tratando de dados pessoais (nome, cidade, estado, telefone e e-mail), os quais são coletados por intermédio de formulários de contato.

Ainda, nosso *site* realiza a coleta dos dados de forma automática por meio de cookies, ou dados de interação.

Outrossim, caso o usuário apenas navegue pelo site, sem demonstrar interesse em nossos serviços, coletaremos somente os seus dados de navegação para sabermos o horário e data de sua visita, além de entender as soluções e informações pelas quais o usuário pesquisou.

10.2. Por que, como é feita e qual a finalidade da coleta de dados

Todos os dados coletados são utilizados para a prestação de serviços ao cidadão, como em casos de prestação de contas e serviços oferecidos, entre outras ações.

Assim, uma das principais justificativas da coleta de dados é a entrega de material otimizado ao interesse do usuário, além de facilitar o nosso contato e o esclarecimento de dúvidas.

A coleta dos dados do usuário pode ocorrer de diversas formas, tais como: diretamente fornecida pelo usuário, ao preencher, por exemplo, um formulário em nossa plataforma ou através de nossas redes sociais, ao entrar em contato conosco.

Com os dados fornecidos, entraremos em contato com o usuário (via e-mail, ligação ou mensagem instantânea), confirmando ações que foram iniciadas em nosso site (como o agendamento de visita na Prefeitura, ou requerimento de diligência, por exemplo).

Ressaltamos que nenhuma outra Prefeitura, empresa ou instituição tem permissão para enviar e-mails ou entrar em contato através de telefone, SMS ou qualquer outro meio de comunicação, em nome da Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Lima - SC.

Ainda, destacamos que os dados pessoais dos usuários de nosso site só poderão ser utilizados para a finalidade específica indicada, ou para o atendimento de obrigações dispostas em lei, regulamentações de órgãos governamentais, autoridades fiscais, Poder Judiciário, como sentenças e acordos, e/ou qualquer outra autoridade competente.

10.3. Cookies/Tecnologias

Cookies, conforme já esclarecido nos conceitos, é um pequeno arquivo adicionado ao seu dispositivo ou computador por sites visitados pelo usuário. São amplamente utilizados para fazer os sites funcionarem, ou funcionarem de forma mais eficiente, bem como para fornecer uma experiência personalizada de acesso e fornecer informações aos proprietários do site.

Usamos Cookies para melhorar o uso e a funcionalidade do site da Prefeitura e para entender melhor como nossos visitantes utilizam o nosso site, bem como as ferramentas e serviços ali oferecidos.

Os Cookies nos ajudam a adaptar o site as necessidades pessoais de cada usuário, facilitando cada vez mais o seu uso, recebendo feedback da satisfação do cidadão e para nos comunicarmos com os usuários de outros locais da internet.

Assim, a Prefeitura Municipal de Santa Rosa de lima, também realiza a coleta de alguns dados de forma automatizada, por meio de Cookies ou tecnologias similares. Os cookies nos permitem reconhecer as preferências do usuário para, por exemplo, adaptar nosso site às suas necessidades específicas.

Nossa plataforma digital utiliza cookies para algumas finalidades, conforme indicado abaixo:

- ❖ **Cookies essenciais:** São os cookies estritamente necessários para fornecer nossos serviços e para que o nosso site funcione corretamente, garantindo a segurança da navegação, o correto dimensionamento do conteúdo e o cumprimento de obrigações legais pela nossa Prefeitura. São utilizados para acessar a área restrita do site! Restrito somente aos usuários cadastrados para gerenciar o conteúdo do portal.
- ❖ **Cookies status:** São cookies utilizados para verificar se o usuário está ativo no sistema (24 hrs).
- ❖ **Cookies e-mail:** São cookies utilizados para o acesso no sistema.
- ❖ **Cookies usuário ID:** São cookies utilizados para identificar o usuário.
- ❖ **Cookies código:** São cookies utilizados para identificar o código do identificador.
- ❖ **Cookies estatísticos (analytics):** São cookies utilizados para distinguir usuários; controlar a taxa de solicitação.

O usuário pode impedir que nossas Plataformas utilizem alguns cookies utilizando os controles de configurações disponíveis em nosso aviso de cookies. Alguns cookies – os chamados essenciais – não poderão ser bloqueados, visto que o correto funcionamento do site, a segurança e o cumprimento de obrigações legais dependem desses cookies.

O usuário deve lembrar que se bloquear o uso de cookies pelo nosso site, não podemos garantir o correto funcionamento de todas as aplicações e talvez o mesmo não consiga acessar determinados serviços. Além disso, é provável que certas funções e páginas não funcionem da maneira adequada.

10.4. Consentimento e termo

Os dados pessoais dos usuários somente serão coletados, tratados e armazenados a partir do consentimento do mesmo, ou seja, a partir da sua expressa anuência, pela qual o mesmo autoriza nossa Prefeitura a tratar seus dados.

O consentimento do usuário será obtido de forma específica para cada finalidade, seguindo as regulações legislativas pertinentes, sendo que ao utilizar nossos serviços e fornecer seus dados pessoais, o usuário está ciente e consentindo com as disposições desta Política de Privacidade, além de conhecer seus direitos e como exercê-los.

Ao preencher o formulário em nossa plataforma digital, o usuário declara ter no mínimo 18 (dezoito) anos e ter capacidade plena e expressa para a aceitação dos termos e condições desta Política de Privacidade e do Termo de Consentimento para todos os fins de direito.

A qualquer tempo e sem nenhum custo, o usuário poderá revogar seu consentimento. É importante destacar que a revogação do consentimento para o tratamento dos dados pode implicar a impossibilidade da performance adequada de alguma funcionalidade do site que dependa da operação. Tais consequências serão informadas previamente.

10.4.1. Termo de Consentimento

Ao fornecer as informações pessoais em nossa plataforma digital e assinalar o campo “aceito” desta política de privacidade, o usuário, ora Titular dos dados, consente, de forma inequívoca, com a utilização de seus dados pessoais por ele fornecidos, para as finalidades descritas na presente política de privacidade.

A aceitação de nossa política se efetivará quando o usuário se cadastrar em nosso site para usufruir de alguns dos serviços que oferecemos. Tal aceitação se dará no momento em que o usuário concordar, de maneira afirmativa e espontânea, indicando que está ciente e de acordo com a forma como utilizaremos seus dados e informações.

Quando do preenchimento do formulário, o Titular declara estar ciente de seus direitos, bem como do poder de cancelar seu cadastro, garantindo a veracidade das informações por ele fornecidas.

10.5. Quem tem acesso aos seus dados

Para oferecermos nossos produtos com a qualidade e eficiência que desejamos, contamos com o apoio de outras Empresas para auxiliar em nossas operações. Assim, em alguns casos, precisamos compartilhar dados com essas Empresas, como descrevemos abaixo:

- ❖ **Serviços de tecnologia:** visando melhor atender e tratar os dados dos usuários, possuímos auxílio de Empresas terceirizadas no tocante a hospedagem dos dados. Todavia, os dados pessoais dos usuários ora coletados serão utilizados somente para os fins específicos para que eles foram fornecidos e mediante expressa autorização de nossa parte. Isso significa que eles não utilizarão os dados pessoais dos usuários para outras finalidades, além daquelas previstas contratualmente.
- ❖ **Autoridades Públicas:** levamos a sério o cumprimento das leis que regem nossas atividades. Assim, caso alguma obrigação legal ou regulatória determine o fornecimento de dados pessoais a uma autoridade, somos obrigados a fazê-lo. Além disso, se um juiz ou uma autoridade com competência legal exigir que nossa Prefeitura compartilhe certos dados pessoais para, por exemplo, conduzir uma investigação, também somos obrigados a compartilhar.

Caso tenha qualquer dúvida sobre o compartilhamento de dados, entre em contato conosco pelos canais indicados nesta Política.

10.6. Segurança de informações pessoais, tempo de armazenamento e responsabilidades do controlador

Os dados pessoais coletados serão guardados na base de dados de nossa Prefeitura, de acordo com a legislação de dados vigente, prevenindo a ocorrência de eventuais danos em virtude do tratamento desses dados.

Tomamos medidas de boas práticas para garantir que os dados que coletamos sejam processados de acordo com segurança onde quer que os dados estejam localizados.

Importante esclarecer que nossa Prefeitura adota o uso de medidas de segurança e monitoramento do nosso sistema para verificar vulnerabilidades e ataques para proteger seus dados pessoais fornecidos contra divulgação não autorizada, mau uso ou alteração. Contudo, o Titular entende e concorda que não há garantias de que as informações não poderão ser acessadas, divulgadas, alteradas ou destruídas por violação de qualquer uma das proteções físicas, técnicas ou administrativas.

A segurança e confiabilidade dos dispositivos que são utilizados pelos usuários para acessar os nossos serviços (computadores, celulares, tablets ou outros dispositivos) é de total responsabilidade do mesmo. O usuário deve por meios próprios buscar proteger os sistemas operacionais desses dispositivos contra qualquer ameaça externa.

Nossa Prefeitura manterá os dados pessoais de seus usuários pelo tempo necessário para cumprirmos com as finalidades para as quais os coletamos. Isso significa que também ficarão armazenados para fins de cumprimento de obrigações legais, contratuais ou requisição de autoridades competentes.

10.7. Direitos do Titular

Nossa Prefeitura compromete-se a cumprir as normas previstas na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), em respeito aos seguintes princípios e direitos dos titulares de dados pessoais:

- ❖ **Direito de confirmação, retificação, bloqueio e eliminação dos dados:** é o direito do titular do dado pessoal de obter da nossa Prefeitura a confirmação que diga a respeito ou não do tratamento destes; a retificação dos dados inexatos que lhe digam respeito; o bloqueio do uso dos seus dados pessoais desnecessários a finalidade pretendida elencada na presente política, excessivos ou tratados em desconformidade com a Lei; bem como a exclusão de seus dados dos Sistemas utilizados, desde que essa solicitação esteja amparada pela LGPD.
- ❖ **Direito à anonimização:** é o direito do titular do dado pessoal de tê-lo dissociado direta ou indiretamente de si, através da utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis no momento do tratamento.
- ❖ **Direito à limitação do tratamento dos dados:** é o direito do titular do dado pessoal de limitar o tratamento de seus dados pessoais, podendo obtê-la quando contesta a exatidão dos dados, quando o tratamento for ilícito, quando a Prefeitura não precisar mais dos dados para as finalidades propostas e quando tiver se oposto ao tratamento dos dados e em caso de tratamento de dados desnecessários.
- ❖ **Direito de oposição:** é o direito do titular do dado pessoal de, a qualquer momento, se opor por motivos relacionados com a sua situação particular, ao tratamento dos dados pessoais que lhe digam respeito.
- ❖ **Direito de não ser submetido a decisões automatizadas:** é o direito do titular do dado pessoal de não ficar sujeito a nenhuma decisão tomada exclusivamente com base no tratamento automatizado, incluindo a definição de perfis (*profiling*), que produza efeitos na sua esfera jurídica ou que o afete significativamente de forma similar.

Caso ocorra qualquer pedido do titular do dado pessoal, quanto a informação, retificação ou exclusão de seus dados pessoais da base de dados da Prefeitura, será fornecida resposta em tempo legalmente previsto.

Assim, se o usuário acredita que seus dados pessoais foram tratados de maneira incompatível com esta Política ou com as suas escolhas enquanto titular deste, deverá entrar em contato conosco.

Temos pessoas responsáveis à disposição no seguinte endereço de contato, por intermédio do e-mail: lgpd@santarosadelima.sc.gov.br, responsável: DPO Alexandre Heidemann.

10.8. Isenção de responsabilidade

Embora adotemos elevados padrões de segurança a fim de evitar incidentes, não há nenhuma página virtual inteiramente livre de riscos. Nesse sentido, a Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Lima - SC não se responsabiliza por:

I – Quaisquer consequências decorrentes da negligência, imprudência ou imperícia dos usuários em relação a seus dados individuais. Garantimos e nos responsabilizamos apenas pela segurança dos

processos de tratamento de dados e do cumprimento das finalidades descritas no presente instrumento.

Destacamos que a responsabilidade em relação à confidencialidade dos dados de acesso é do usuário.

II – Ações maliciosas de terceiros, como ataques de hackers, exceto se comprovada conduta culposa ou deliberada da Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Lima – SC.

Destacamos que em caso de incidentes de segurança que possam gerar risco ou dano relevante para você ou qualquer um de nossos usuários/clientes, comunicaremos aos afetados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados sobre o ocorrido e cumprimos as providências necessárias.

III – Inveracidade das informações inseridas pelo usuário/cliente nos registros necessários para a utilização dos serviços da Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Lima-SC; quaisquer consequências decorrentes de informações falsas ou inseridas de má-fé são de inteiramente responsabilidade do usuário/cliente.

11. TREINAMENTO

Esta Prefeitura tem o compromisso de zelar pelo tratamento adequado de dados pessoais para fins legítimos no desempenho de suas atividades e reforça o seu compromisso com as boas práticas de privacidade e proteção de dados, através das seguintes ações:

- ❖ Disseminação de informações contidas nesta Política aos destinatários supracitados, especialmente no tocante às responsabilidades individuais;
- ❖ Fornecimento de treinamentos, orientações e aconselhamentos para os servidores/empregados desta Prefeitura não se limitando, a reuniões internas, conversas regulares, palestras, dentre outras iniciativas, comungando conteúdos disponibilizados no formato digital e presencial.
- ❖ Incorporação de rotinas e cuidados no tratamento de dados pessoais no desempenho das atividades da Prefeitura, incluindo, mas não se limitando, a rotinas administrativas, prestação de serviços, dentre outras.
- ❖ Identificação dos riscos no tocante a privacidade e proteção de dados pessoais, para assim definir, criar e implementar planos de ação a fim de se mitigar os mesmos, além de avaliações contínuas das medidas implementadas.

O DPO ou Encarregado de Dados assim previsto na LGPD, e sua equipe técnica, serão responsáveis por:

- ❖ Conduzir e fiscalizar os programas de proteção de dados, além de monitorar o cumprimento das legislações de proteção de dados pessoais aplicáveis;
- ❖ Orientar os destinatários desta Política quanto ao regime de privacidade e proteção de dados pessoais;
- ❖ Assegurar que as regras e orientações relativas à proteção de dados sejam informadas e incorporadas nas rotinas e boas práticas desta Prefeitura;
- ❖ Organizar treinamentos sobre proteção de dados pessoais;
- ❖ Prestar esclarecimentos, oferecer informações e apresentar relatórios sobre as operações de tratamento de dados pessoais e seus impactos para as autoridades públicas competentes;
- ❖ Responder às solicitações e reclamações de titulares de dados pessoais cujos dados tenham sido objeto de tratamento por esta Prefeitura;
- ❖ Elaborar os relatórios de impacto à privacidade e proteção de dados, pareceres técnicos e revisão de documentos no que se refere à proteção de dados.

12. MONITORAMENTO E REVISÕES

Conforme já amplamente divulgado nos tópicos anteriores, esta Prefeitura possui um forte compromisso em zelar pelas suas atividades que envolvam o tratamento de dados pessoais para fins legítimos,

especialmente no tocante a disseminação da cultura de boas práticas, em se falando de privacidade e proteção de dados pessoais. Logo, compromete-se em manter seus processos e programas em relação a LGPD sempre atualizados com as normas e recomendações emitidas pela ANPD ou outras autoridades competentes.

Também, esta Prefeitura assume o compromisso de revisar periodicamente a presente Política e, a seu critério, promover as modificações pertinentes, podendo refletir modificações legais ou regulatórias para a proteção de dados pessoais. Desta feita, as alterações referentes a presente Política, quando necessárias, serão publicadas em locais visíveis, como recepção do presente estabelecimento, site, entre outros canais, a fim de demonstrar a transparência das ações desta Prefeitura e resguardo da sua privacidade.

Por fim, em caso de alterações relevantes que necessitem de um novo consentimento do titular de dados pessoais, estas serão informadas, publicadas e bem como haverá nova solicitação de seu consentimento.

13. FALE COM NOSSO DPO

Em caso de dúvidas, comentários ou sugestões relativas à presente Política, ou caso você acredite que seus dados pessoais tenham sido utilizados de maneira inconsistente com esta Política, você poderá entrar em contato por meio do e-mail **lgpd@santarosadelima.sc.gov.br**. Entretanto, este e-mail não substituirá os canais regulares de atendimento e não se destina a requisições relacionadas a direitos previstos na LGPD. Para atendimento a temas que não necessariamente guardem relação primária com a proteção de dados pessoais, o usuário poderá se valer dos canais regulares de atendimento da Prefeitura, seja presencial, em balcão de atendimento, ou através do e-mail: **imprensa@santarosadelima.sc.gov.br**.

Estamos sempre à disposição para esclarecer suas dúvidas e colocar você no controle dos seus dados pessoais.

Esta é a primeira versão da Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais da Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Lima - SC
Versão: 01.2023
Atualizada em: 29 de abril de 2024.